

**PELO AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS!
PELO EMPREGO COM DIREITOS!
PELA REVOGAÇÃO DAS NORMAS GRAVOSAS
DA LEGISLAÇÃO LABORAL!**



RESOLUÇÃO

A luta dos trabalhadores tem vindo a intensificar-se, respondendo aos ataques aos direitos, aos salários, aos despedimentos e encerramentos de empresas. São pequenas e grandes lutas envolvendo milhares de trabalhadores de todas as áreas e em todo o país, no público e privado.

Os trabalhadores exigem resposta aos seus problemas e às suas reivindicações. Rejeitam o empobrecimento, os baixos salários e as reduzidas reformas; rejeitam a precariedade e o desemprego crescente; combatem os bloqueios na contratação colectiva e, no sector público, na negociação colectiva, e o atropelo dos direitos. Exigem uma justa distribuição da riqueza que produzem.

Estes problemas há muito prejudicam os trabalhadores e o país e são agora agravados pela pandemia e pelas opções políticas do governo do PS, bem como pelo aproveitamento por parte do patronato, que conta com a acção ao seu serviço de PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal. Não aceitamos a eternização dos problemas em nome do lucro e da distribuição de dividendos pelos accionistas das grandes empresas, ou de condicionamentos impostos externamente, enquanto para os trabalhadores se querem negar salários dignos e direitos.

É urgente e possível um outro rumo!

As muitas lutas realizadas que resultaram numa participação massiva nas comemorações populares do 47º aniversário da Revolução de Abril com uma afirmação muito grande dos seus valores e conquistas; na grandiosa jornada de luta do 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, convocada e organizada pela CGTP-IN em 28 localidades do continente e regiões autónomas, onde ficou demonstrado o inequívoco apoio dos trabalhadores às reivindicações apresentadas e o compromisso em intensificar a luta e acção reivindicativa para as concretizar; ainda, na Manifestação Nacional no Porto, no dia 8, “Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos”, onde reafirmámos que os direitos sociais exigem uma resposta e um caminho alternativo de defesa da soberania e dos interesses nacionais.

A Jornada de Acção e luta que estamos a desenvolver de 21 de Junho a 15 de Julho, “Pelo aumento geral dos salários! Pelo emprego com direitos! Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral!”, representa uma forte e dinâmica resposta reivindicativa dos trabalhadores.

Nestas quase 4 semanas, só nos distritos de Lisboa e Setúbal, foram centenas as greves, paralisações, plenários, acções de rua, em torno do aumento dos salários, da valorização das carreiras e profissões, da negociação da contratação colectiva, combate à precariedade, luta pela redução dos horários e rejeição da sua desregulamentação, melhoria das condições de trabalho, exigência da resposta aos problemas dos trabalhadores, perante a insuficiência e desequilíbrio das medidas do Governo, defesa e reforço dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado, entre outras.

Saúdam-se os milhares trabalhadores destes distritos que se envolveram e participaram nas várias centenas de acções promovidas pelos Sindicatos, e que vão desde os trabalhadores da **Transtejo, da Soflusa, da ELO, da Câmara Municipal de Almada, da Transportes Sul do Tejo, da Ambijardim II, da Eugster/Frismag, da Cience4you, dos Centros Comerciais, da Cateringpor, da EDP, da REN, da Manuel da Conceição Graça, Lda, da Casa do Alecrim, da Schreder, da Iberol, dos Hotéis, da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, do Metro de Lisboa, do El Corte Inglés, do Aucham, da Prosegur, dos Casinos de Lisboa e Estoril, das Cantinas, do Dia/Minipreço, do CURPI, da CP e IP, docentes e não docentes das Escolas, da Altice, da SUCH, do LIDL, Enfermeiros e Técnicos auxiliares de Saúde, do Arsenal do Alfeite, da EMEL, do SEPNA/GNR, do Inatel, da Legrand, da Meo, da Teleperformance, da RTP, do Sector Automóvel, da Schneider, da Visabeira, da Agromerchant, da Ovisegur, da Sidul, da Sidul, da Upfield, da JAC, da Eurest, da Rauchert, da GPP, da Avipronto, da Cerealis, da ICA, do Continente/Bom Dia, do SEF, da Máximo Zanetti, da ITAU, do Pingo Doce, do sector Bancário, do hospital da Luz, da Bimbo, da AREPAL, dos Queijos Saloio, da Ovisegur, das creches da Segurança social, da Dan Cake, da Sicman, da Central de Cervejas, da Groundforce, de várias Câmaras e Empresas Municipais e Juntas de Freguesia e de muitos serviços da Administração Pública, do Grupo EGF, luta que irá continuar já amanhã com concentrações de trabalhadores na União de Freguesias da Charneca, da Mechaers e Lauak e na DHL.**

Os trabalhadores sabem que têm de tomar nas suas mãos a luta pelo futuro do país, futuro este que não pode continuar dependente de paliativos, nem de apoios da UE embrulhados em condicionalismos que hipotecam o desenvolvimento soberano do país!

A CGTP-IN tem afirmado que o caminho do progresso, do desenvolvimento, da melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das famílias não se faz com “Livros Verdes” que assentam na flexibilização das relações laborais e num caminho de retrocesso e aumento da exploração, sob o manto de uma pretensa modernidade e sem dar resposta a problemas estruturais como os vínculos, os salários, a contratação colectiva, as condições de trabalho, entre outros.

Não aceitamos a visível degradação das condições de vida e de trabalho que se revela de forma generalizada.

O direito à actividade sindical em algumas empresas tem sido, permanentemente, posto em causa, perante a inação das autoridades, e tendo havido, inclusive, ameaças físicas a dirigentes sindicais. É preciso que o governo faça cumprir a lei, puna os responsáveis e responda aos problemas dos trabalhadores, tanto no que diz respeito às condições de habitação e saúde, como às condições de trabalho, de vida e à liberdade sindical.

Bem pode o governo proclamar preocupações, mas sem um significativo aumento salarial é impossível garantir um emprego de qualidade ou o trabalho digno. Sem pôr termo à brutal desregulação dos horários e tempos de trabalho é impraticável conciliar a vida profissional, com a vida pessoal e familiar. Sem acabar, de uma vez, por todas com as “mil e uma” formas de precarizar os vínculos laborais não conseguiremos alterar o perfil produtivo, fomentar a formação e qualificação profissional ou acrescentar valor na produção nacional, que pode e tem de ser incrementada!

O aumento geral dos salários, das pensões e do SMN é essencial para garantir uma vida digna a quem trabalha e trabalhou e para garantir o acesso a bens e serviços essenciais, que continuam a ser negados a uma parte significativa da população. O aumento em 90€ dos salários não só é possível, como é justo e necessário!

A política que fomenta o modelo assente nos baixos salários e na precariedade, nas desigualdades, nos ricos que ficam sempre mais ricos à custa das condições de vida dos trabalhadores e do próprio desenvolvimento do país, tem de acabar.

Assim, os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal que participam na acção convergente, no dia 15 de Julho, ultimo dia da Jornada de Acção e Luta” da CGTP-IN, em frente à Assembleia da República decidem:

» Desenvolver a luta em torno das reivindicações concretas dos trabalhadores em cada local de trabalho, empresa ou serviço, tendo como base o conjunto das reivindicações centrais já assumidas e que neste quadro ganham ainda maior importância:

- **O aumento geral dos salários em 90 euros para todos os trabalhadores;**
- **A valorização das carreiras e profissões;**
- **A fixação dos 850 euros para o Salário Mínimo Nacional;**
- **O aumento real das pensões;**
- **O combate à precariedade;**
- **A luta pelas 35 horas, sem redução de salário e contra a desregulação dos horários de trabalho;**
- **A exigência do cumprimento e reposição de direitos;**
- **A revogação das normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente a caducidade da contratação colectiva;**
- **A reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;**
- **O reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado;**
- **A garantia de condições de trabalho, nomeadamente as de saúde e segurança nos locais de trabalho.**

» Aprofundar a intervenção em torno dos cadernos reivindicativos e na contratação colectiva, assim como na exigência de negociação colectiva no sector público, envolver os trabalhadores na dinamização da luta pela efectivação dos direitos e aumento significativo dos salários e na resistência às ameaças, chantagens e repressões patronais, exercer as liberdades e direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, afirmar a força da luta organizada a partir dos locais de trabalho, empresas e serviços e a sua convergência.

Lisboa, 15 de Julho de 2021